



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 758 /2006 - GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17001237/2006 – 10.708 RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **EDVALDO ANTÔNIO LOPES**, casado, comerciante, CPF nº 472.528.631-15, RG nº 1.003.887-SSP/GO; **EMIVAL VIANELLI LOPES**, casado, comerciante, CPF nº 269.166.651-49, RG nº 1.135.673 SSP/GO; **EDSON VIANELLI LOPES**, casado, comerciante, CPF nº 331.414.101-78, RG nº 1.685.713 SSP/GO; **ELSON JOSÉ LOPES**, casado, comerciante, CPF nº 396.906.791-04, RG nº 1.654.702 SSP/GO e **ELISA MARIA LOPES COELHO**, casada, comerciante, CPF nº 302.267.831-20, RG nº 1.235.838 SSP/GO, por 06 (seis) anos o uso das águas do **Córrego Vargem Querida**, no trecho localizado na **Fazenda Vargem Querida**, lugar "Gramado", no município de **Vila Propício**, Estado de Goiás, para derivação durante **2.160 (duas mil, cento e sessenta) horas por ano**, de até **3,94 l/s (três vírgula noventa e quatro litros por segundo)**, para irrigação pelo sistema tipo "Gotejamento", com área de **350,24 há**.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano**, para a consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo ENGENHEIRO AGRÔNOMO **LIBERATO ARAÚJO DE FIGUEREDO**, CREA-DF Nº 3841/D, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

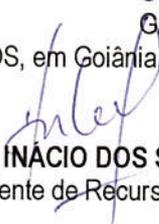
- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental**;

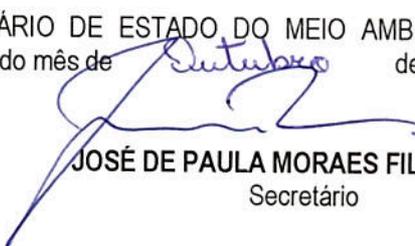
Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUM PRA - SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 25 dias do mês de Outubro de 2.006.


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos


JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário